

Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 27.098.060/0001-45
Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 11º Andar - Conj. 112 - B - Alphaville - Barueri - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO					
Senhores Acionistas,			No semestre, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 377 mil, correspondente a R\$ 26,90 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 19,819 milhões e Ativos Totais de R\$ 20,925 milhões.		
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2011, da Bankpar Arrendamento Mercantil S.A. (Bankpar Arrendamento), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.			Barueri, SP, 26 de julho de 2011.		
			Diretoria		

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	14.978	13.064	CIRCULANTE	217	166
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	4	8	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	217	166
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5).....	-	12.725	Sociais e Estatutárias.....	9	8
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	-	12.725	Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a).....	151	93
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6).....	14.158	331	Diversas (Nota 10b).....	57	66
Carteira Própria.....	14.158	331			
OUTROS CRÉDITOS.....	816	-	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	889	700
Diversos (Nota 7).....	816	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	889	700
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.536	6.628	Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a).....	234	700
OUTROS CRÉDITOS.....	5.536	6.628	Diversas (Nota 10b).....	655	-
Diversos (Nota 7).....	5.536	6.628			
PERMANENTE	411	412	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 11)	19.819	19.238
INVESTIMENTOS.....	407	407	Capital:.....		
Outros Investimentos (Nota 8).....	416	416	- De Domiciliados no País.....	9.750	9.500
Provisões para Perdas.....	(9)	(9)	Reservas de Lucros.....	10.069	9.738
TÍTULOS PATRIMONIAIS.....	1	-			
Outros.....	1	-			
INTANGÍVEL.....	3	5			
Ativos Intangíveis.....	5	5			
Amortização Acumulada.....	(2)	-			
TOTAL	20.925	20.104	TOTAL	20.925	20.104

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2011	2010
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	745	537
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b).....	745	537
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	745	537
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(149)	31
Outras Despesas Administrativas (Nota 12).....	(134)	(135)
Despesas Tributárias (Nota 13).....	(37)	(38)
Outras Receitas Operacionais (Nota 14).....	44	-
Outras Despesas Operacionais (Nota 14).....	(22)	(16)
RESULTADO OPERACIONAL	596	568
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	596	568
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	(219)	(155)
LUCRO LÍQUIDO	377	413

Número de ações (Nota 11a).....	14.000.000	14.000.000
Lucro por lote de mil ações em R\$.....	26,90	29,49

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2011	2010
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	596	568
Ajustes ao resultado antes dos impostos:	-	(22)
Constituições/Reversões de Provisões Cíveis.....	-	(22)
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	596	546
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	13.392	(96)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mob. e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(13.959)	(263)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos.....	(44)	(139)
Aumento/(Redução) em Outros Obrigações.....	10	(210)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(28)	(15)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(33)	(177)
Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos:		
Aplicações no Intangível.....	-	(5)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos.....	33	186
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	33	181
Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	4	4
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	4	4
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	4	8
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	4

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS					
--	--	--	--	--	--

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bankpar Arrendamento Mercantil S.A. (Bankpar Arrendamento) tem por objeto a prática de todas as operações de arrendamento mercantil, permitidas pela legislação em vigor e pelas normas regulamentares aplicáveis à espécie. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de risco, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Incluem, estimativas e premissas, tais como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e de arrendamento mercantil, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de julho de 2011.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *"pro-rata"* dia e calculadas pelo método exponencial.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicação no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda – aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda bem como os instrumentos financeiros derivativos são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica “Outros créditos – diversos”, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas são registrados na rubrica “Outras obrigações – fiscais e previdenciárias”. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando à alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

g) Investimentos

Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas e da redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

h) Intangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade. Compostos por *softwares*, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *softwares* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável (apurado: (i) pelo seu potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior).

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 9a);
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 9b); e
- Obrigações Legais – Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 9b).

k) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base *"pro-rata"* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *"pro-rata"* dia).

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional.....	4	8
Total caixa e equivalentes de caixa	4	8

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

No 1º semestre de 2010 estava representado por Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, no montante de R\$ 12.725 mil, vencíveis de 1 a 30 dias.

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 5 mil (2010 – R\$ 531 mil) (Nota 6b).

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Em 30 de junho - R\$ mil				
	1 a 30 dias	2011	2010	
Títulos para negociação:				
Fundos de investimento (i).....		14.158	14.158	331
Total em 2011		14.158	14.158	331
Total em 2010			331	331

(i) Representados por aplicações nos fundos de investimento Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI União (fundo aberto).

b) Resultado com títulos e valores mobiliários

Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil			
	2011	2010	
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	5		531
Fundos de investimentos.....	740		6
Total	745		537

c) A Bankpar Arrendamento não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2011 e de 2010.

7) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Em 30 de junho - R\$ mil			
	2011	2010	
Créditos tributários (Nota 16c).....	5.814		5.770
Devedores por depósito em garantia.....	250		607
Impostos e contribuições a compensar.....	172		138
Impostos e contribuições a recuperar.....	18		19
Outros.....	98		94
Total	6.352		6.628

8) INVESTIMENTOS

O investimento de R\$ 407 mil (2010 – R\$ 407 mil) refere-se a ações da CETIP S.A.

9) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente os ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial, é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais – provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

III - Movimentação das provisões constituídas

Em R\$ mil			
	Cíveis	Fiscais e Previdenciárias	
No início do 1º semestre de 2011	2	234	
No final do 1º semestre de 2011 (Nota 10)	2	234	
No final do 1º semestre de 2010 (Nota 10)	7	700	

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Em 30 de junho - R\$ mil		
	2011	2010
Provisão para riscos fiscais (Nota 9).....	234	700
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	145	88
Impostos e contribuições a recolher.....	6	5
Total	385	793

b) Diversas

Em 30 de junho - R\$ mil		
	2011	2010
Provisão para pagamentos a efetuar.....	541	59
Provisão para passivos contingentes (Nota 9).....	2	7
Credores diversos.....	169	-
Total	712	66

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 9.750 mil (2010 – R\$ 9.500 mil) está representado por 14.000.000 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de abril de 2011, foi deliberado aumentar o Capital Social em

Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 27.098.060/0001-45
Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 11º Andar - Conj. 112 - B - Alphaville - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

14) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
2011	2010
Reversões de provisões	2 27
Variações monetárias	(13) -
Dividendos/Juros sobre capital próprio	34 192
Provisões para contingências cíveis	- (4)
Outras	(1) (11)
Total	22 204

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com os controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, e vigentes nas datas das operações, e estão assim representadas:

Em 30 de junho - R\$ mil			
2011	2010	2011	2010
Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:			
Banco Bradesco S.A.	4 8	- -	
Aplicações em depósitos interfinanceiros:			
Banco Bradesco S.A.	- 12.725	5 531	
Dividendos:			
Banco Bradesco Cartões S.A.	(8) (7)	- -	
Banco Bradesco S.A.	(1) (1)	- -	

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, dos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta aos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivo ou administrativo, fiscal e semelhante, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	596 568
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(238) (227)
Receitas não tributáveis	7 77
Outros valores	12 (5)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(219) (155)

(1) A alíquota da contribuição social para as empresas do segmento financeiro foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 3f).

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
2011	2010
Impostos correntes:	
Imposto de renda e contribuição social devidos	(172) (121)
Impostos diferidos:	
Realização no semestre sobre adições temporárias	(5) (4)
Utilização de saldos iniciais de:	
Prejuízo fiscal	(42) (30)
Total dos impostos diferidos	(47) (34)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(219) (155)

c) Origem dos créditos tributários do imposto de renda e contribuição social diferidos

R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2010	Constituição	Realização
Provisões para contingência cíveis	1 -	- -	
Outros valores	95 6	11 11	90 90
Total dos créditos tributários	96 6	11 11	91 91
Prejuízo fiscal	5.765 -	- 42	5.723 5.723
Total dos créditos tributários (Nota 7)	5.861 6	53 53	5.814 5.814

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal

Em 30 de junho de 2011 - R\$ mil			
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Prejuízo fiscal
	Imposto de renda		Total
2011	9 5	72 86	
2012	16 10	1.344 1.370	
2013	16 10	1.445 1.471	
2014	15 10	1.521 1.546	
2015	- -	1.341 1.341	
Total	56 35	5.723 5.723	5.814 5.814

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 5.215 mil (2010 – R\$ 5.099 mil), sendo R\$ 84 mil (2010 – R\$ 23 mil) de diferenças temporárias e R\$ 5.131 mil (2010 – R\$ 5.076 mil) de prejuízo fiscal.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns procedimentos contábeis e suas interpretações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 – Evento subsequente (CPC 24); e
- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento baseado em Ações (CPC 10).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

A DIRETORIA

Paulo Sérgio Odierna França – Contador – CRC 1SP182495/O-0

Aos Administradores do
Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bankpar Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Repressão de Assad por terra e por mar

No mês do Ramadã, os ataques do Exército sírio se intensificaram em todo o país com o objetivo de reduzir a oposição ao regime. O alvo agora é Latakia, principal porto sírio no Mediterrâneo, onde tanques e navios mataram pelo menos 25 pessoas. Nem refugiados palestinos foram poupados.

O Exército sírio mostrou ontem que não está disposto a dar trégua aos opositores do regime de Bashar al-Assad através de bombardeios lançados por mar e terra contra a cidade de Latakia (*acima, à dir.*), no noroeste do país. O Observatório Sírio de Direitos Humanos informou que pelo menos 25 pessoas morreram em uma ofensiva que empregou navios de guerra e tanques.

Explosões podiam ser ouvidas por toda a cidade. "Nós estamos sendo atacados por terra e pelo mar", disse um morador do distrito de al-Ramel, onde está localizado um campo de refugiados palestino. Estima-se que muitas vítimas sejam palestinos.

Segundo testemunhas, a artilharia foi intensa, muitas casas foram destruídas e ladrões invadiram lojas e escritórios.

"Consigo ver as silhuetas de duas embarcações cinzas. Eles estão atirando e o impacto está chegando em al-Ramel e al-Filistini e nos bairros de al-Shaab", disse uma testemunha à *Reuters* por telefone de Latakia, onde tanques e veículos armados foram enviados há três meses para reprimir a dissidência contra Assad nos bairros de maioria sunita.

"Esse é o ataque mais intenso em Latakia desde o começo da insurgência. Qualquer um que colocar a cabeça para fora da janela corre o risco de levar um tiro. Eles querem eliminar as manifestações uma vez por todas", afirmou.

A cada noite, uma média de 20 mil pessoas tem se manifestado para pedir a renúncia de Assad em diferentes áreas da cidade após as orações de Ramadã, conhecidas como "tarawih", disse uma testemunha.

Desde o começo do Ramadã, mês do jejum muçulmano, em 1º de agosto, as forças de Assad vêm atacando os principais centros urbanos e as regiões próximas, onde protestos exigindo liberdade política e o fim dos 41 anos do governo da família Assad atraíram multidões, disseram os defensores de direitos humanos. (*Agências*)

Divulgação/Reuters



Um protesto com sabor de revanche em Teerã

Cerca de 200 estudantes realizaram uma manifestação em frente à embaixada britânica na capital do Irã, Teerã, ontem, para protestar contra o que o presidente Mahmoud Ahmadinejad chamou de tratamento "selvagem" dos policiais contra as pessoas envolvidas nos distúrbios ocorridos nas ruas de Londres na semana passada. Observados por cerca de 50 policiais, alguns estudantes atiraram ovos contra o complexo da embaixada e ao final do protesto usaram máscaras de Mark Duggan (*à dir.*), o homem que foi morto por um tiro de polícia e que desencadeou os tumultos na Grã-Bretanha. Segundo as autoridades britânicas, 1.414 pessoas foram detidas em Londres, mas esse número ainda pode aumentar para 3 mil pessoas, já que as detenções continuam. O Irã tem sido alvo de críticas do Ocidente, incluindo a Grã-Bretanha, por seu histórico em direitos humanos, especialmente após a repressão de manifestações que seguiu a reeleição de Ahmadinejad em 2009. (*Agências*)

Behrouz Mehri/AFP